

EM DEFESA DO NEOLIBERALISMO:
OS POSICIONAMENTOS POLÍTICOS
DA BURGUESIA INDUSTRIAL GAÚCHA EM
RELAÇÃO AO GOVERNO COLLOR
(1990 A 1992)¹

Marco André Cadoná²

Resumo

O artigo analisa os posicionamentos políticos da burguesia industrial gaúcha em relação ao governo Collor. Enquanto esteve no governo, Collor obteve o apoio político dos industriais gaúchos, que tinham a expectativa de que o mesmo realizasse as reformas neoliberais prometidas durante a campanha eleitoral que o elegeu Presidente da República. Com as denúncias de corrupção no governo, que resultaram no processo de impeachment contra Collor, a burguesia industrial gaúcha passou a defender que, acima e indiferente de quem era o Presidente da República, o projeto neoliberal de reformas do estado e de modernização da economia deveria ser garantido.

Palavras-chave: Burguesia industrial gaúcha, governo Collor, neoliberalismo, impeachment de Collor.

Abstract

The article analyses the political threads of the industrial bourgeoisie of the *Rio Grande do Sul*, in relation to the Collor's government. While Collor was in the government,

¹ Este artigo foi elaborado a partir da dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob o título de "Burguesia Industrial e Neoliberalismo: as entrelinhas do discurso – 1987 a 1993".

² Professor no Departamento de Ciências Humanas, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

he got the political support of industrials of the *Rio Grande do Sul*. They hoped that Collor carried out the promised neoliberal reforms during the election campaign which elected him to the Presidency of Republic. After accusations of corruption in the government and the process of impeachment against Collor, the industrial bourgeoisie started to defend that, whoever it was the President of Republic, the neoliberal project of reforms in the State and modernization of economy would have to be guaranteed.

Keywords: Industrial bourgeoisie of the *Rio Grande do Sul*, Collor's government, neoliberalism, Collor's impeachment.

INTRODUÇÃO

Fernando Collor de Melo foi eleito Presidente da República em 1989, com amplo apoio das classes dominantes no Brasil. Seu projeto político contemplava um conjunto de propostas de reformas do Estado brasileiro e de abertura da economia, num sentido liberalizante. Na discussão em torno do Estado, defendia a redefinição de suas funções econômicas e sociais, apresentando um programa de combate ao déficit público. Afirmava que "a ação do Estado atual bloquia a modernização do País ao invés de promovê-lo", e que era necessário, portanto, deixar a empresa privada "livre dos embaraços e percalços com que o Estado (...) cerceia a livre competição". Defendendo o discurso da modernização econômica (levar o País à condição de "País de primeiro mundo"), prometia ampla abertura da economia, favorecimento da entrada de capital estrangeiro no País e uma política industrial que favorecesse a entrada do Brasil na "Terceira Revolução Industrial".³

Seu governo (janeiro de 1990 até dezembro de 1992, quando renunciou), no entanto, foi marcado pelas dificuldades na formulação de uma política econômica capaz de estancar o processo inflacionário, e pelas denúncias de corrupção que minaram sua autoridade política e moral (especialmente, junto ao Congresso Nacional) para o encaminhamento das reformas neoliberais pretendidas, bem como resultaram num intenso movimento popular em favor da instauração e aprovação de um processo de *Impeachment*.

A burguesia industrial gaúcha, neste contexto, manteve seu apoio ao governo Collor, convicta de que através dele, o projeto de reorganização neoliberal do Estado e da economia no País, fosse implementado. As dificuldades na implementação desse projeto e, em especial, a perda de credibilidade política de Collor, decorrente das denúncias de corrupção em seu governo, levaram os industriais gaúchos à sustentação do projeto neoliberal defendido, independente do governo ou das pessoas que o ocupavam.

³ Martin CLARET, O fenômeno Collor

O POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO AOS PLANOS ECONÔMICOS

Embora Collor de Melo tivesse prometido, durante a campanha, não intervir na economia, seu primeiro plano econômico (denominado Plano Collor I ou Plano Brasil Novo), lançado no dia 16 de março de 1990, foi extremamente intervencionista, inclusive, em termos de patrimônios privados. De forma inesperada, Collor encampou medidas totalmente contrárias às idéias neoliberais por ele defendidas durante a campanha presidencial, tais como o congelamento dos preços, impostos sobre fortunas, taxaço de poupança e confisco - de forma indiscriminada - nos ativos financeiros.

Surpreendentemente, o Plano Brasil Novo previa amplas medidas nas áreas monetária, fiscal e administrativa. Na área monetária, as medidas anunciadas foram as que causaram maior impacto junto à população, tendo em vista o grau de intervenção do Estado nos patrimônios privados: entre as medidas adotadas, estavam a criação de uma nova moeda (o cruzeiro, em substituição ao cruzado novo) e o confisco de valores acima de cinquenta mil cruzados novos, depositados em qualquer conta bancária, com a promessa de devolução após quinze meses; na área fiscal, o plano previa a extinção de vários subsídios, elevava alíquotas de alguns impostos e criava novos tributos; na área administrativa, o plano previa privatizações de empresas estatais, fechamento de órgãos públicos e, mesmo, demissão de funcionários públicos, visando, com essas medidas administrativas, reduzir drasticamente o déficit público que, na visão predominante dos governantes - bem como das forças sociais que apoiaram o presidente Collor - colocava-se como a principal causa da crise do Estado brasileiro.⁴

Em que pese o grau de intervencionismo estatal previsto, a burguesia industrial gaúcha apoiou o Plano Collor I, com o entendimento de que, apesar das medidas adotadas serem "rígidas", o plano "tinha que acontecer". Esta foi a avaliação feita pelo CONSEC (Conselho de Economia da FIERGS - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul)⁵, segundo o qual a reforma monetária, mesmo atingindo a todos, deveria ter "uma contrapartida positiva para todos na forma de virtual eliminação do processo inflacionário".

⁴ As Medidas Provisórias, a partir das quais o presidente Collor de Mello anunciou o Plano Brasil Novo ou Plano Collor I, podem ser encontradas, na íntegra, em: FEE, *Indicadores Econômicos*, 18(1), 1990.

⁵ A FIERGS não é a única forma de intermediação dos interesses das indústrias gaúchas, pois existem entidades paralelas no estado, como por exemplo a ABINEE - Associação Brasileira das Indústrias Eletro-Eletrônica. No entanto, a entidade representa mais de cem sindicatos de indústrias existentes no Rio Grande do Sul, com prerrogativa de "representar os interesses das categorias econômicas da indústria e dos sindicatos filiados" (conforme seus estatutos). Além disso, a partir da abertura democrática, a FIERGS transformou-se numa verdadeira "voz da indústria gaúcha", organizando e mobilizando os industriais em momentos políticos de crucial importância, como por exemplo em 1988, através do "Movimento pela Liberdade Empresarial", contra a aprovação de direitos sociais e trabalhistas na nova Constituição; em 1989, na campanha realizada em favor de teses neoliberais e em defesa de Collor de Melo; a partir de 1992, na campanha pela reformas estruturais, de cunho neoliberal, na Revisão Constitucional. (Cadoná, 1997).

“... a formulação do novo plano é tecnicamente consistente, apoiando-se em pontos fundamentais como reforma monetária, início da reforma fiscal, mudança na política cambial e de comércio exterior e, especialmente, reforma do setor público.”⁶

O apoio político ao plano econômico, no entanto, não impediu que os industriais gaúchos cobrassem medidas do governo visando beneficiar o setor produtivo, com o argumento de que o funcionamento da economia do País não poderia ser penalizado.

“... A administração operacional do novo programa deve evitar as ações, no sentido de impedir e bloquear o funcionamento da economia, especialmente no âmbito das pequenas e médias empresas ...”⁷

Embora a avaliação considerasse o novo plano econômico *tecnicamente consistente*, afirmava que o mesmo necessitava de pequenas “ações”, no sentido de impedir a criação de bloqueios ao “funcionamento da economia”. Esta foi uma questão que se tornou “bandeira de luta” da burguesia industrial gaúcha no período posterior ao anúncio do plano, no sentido de pleitear pela liberação de cruzados novos para as empresas. Embora fosse aceite que o ônus da reforma monetária tivera “uma contrapartida positiva” no combate ao processo inflacionário, os industriais gaúchos não se mostraram dispostos a aceitar que esse ônus recaísse sobre seus recursos financeiros bloqueados. Alegando comprometer a folha de pagamento, “especialmente das pequenas e médias empresas”, cuja consequência seria “desastrosa sob o ponto de vista social”, a FIERGS se empenhou numa campanha de pressão sobre a equipe econômica para a liberação do dinheiro bloqueado. Resultado dessa pressão (cujos sujeitos foram os representantes da burguesia ao nível de País), a equipe econômica do governo Collor começou, ainda no mês de março, a liberar recursos (acima dos 50 mil cruzados novos) às empresas. Em abril, já com a emergência de sinais de estagnação econômica, o governo passou a liberar recursos para alguns setores da economia (construção civil, indústria automobilística e setor agrícola), numa operação que ficou conhecida como “abertura de torneiras”.

Os industriais gaúchos cobravam ainda, uma complementação do plano através da “reforma do Estado”, de medidas de “liberação e desregulamentação” da economia e da independência do Banco Central, de modo a evitar que o mesmo continuasse a financiar o déficit público.⁸

Os meses seguintes ao anúncio do plano econômico seriam marcados pelo agravamento da estagnação econômica no País. Esta estagnação teve reflexos na indústria

⁶FIERGS. Ata 11/90 de 20.03.90.

⁷FIERGS. Ata 11/90 de 20.03.90.

⁸FIERGS. Ata 11/90 de 20.03.90.

gaúcha que, somente nos meses de abril e maio de 1990, demitiu quatorze mil e quinhentos trabalhadores.⁹ Essa situação provocou descontentamentos entre os industriais gaúchos que cobraram, no período, medidas do governo visando reverter o quadro de estagnação.

“O governo deve implantar medidas no sentido de alavancar o desenvolvimento em todos os setores. De nada adianta beneficiar certos segmentos em detrimento de outros, porque em alguns casos pode haver recessão.”¹⁰

De qualquer forma, o posicionamento político da burguesia industrial gaúcha em relação ao plano, manteve-se favorável durante todo o primeiro semestre de 1990. Essa posição foi legitimada numa pesquisa junto aos industriais gaúchos, encomendada pela FIERGS, em maio daquele ano. A referida pesquisa indicou que, embora 44,4% dos pesquisados admitissem que o plano tivesse resultado em diminuição das atividades, 93,1% aprovavam o plano.¹¹ A própria FIERGS realizou, numa de suas reuniões de diretoria, uma pesquisa avaliativa do plano, quando vinte e cinco dos trinta e um diretores presentes na reunião (equivalente a 80,65%) atribuíram ao plano nota igual ou superior a sete.¹²

A partir do segundo semestre, no entanto, a volta da inflação (que em outubro de 1990, beirava à casa dos 20%)¹³ e o quadro de recessão econômica, com sérias consequências para a indústria gaúcha (durante o ano de 1990, a indústria gaúcha observou uma retração de 9,2% no seu produto),¹⁴ a burguesia industrial gaúcha começou a esboçar suas primeiras críticas ao governo Collor, direcionadas, especialmente, aos rumos da política salarial adotada.

Desde o anúncio do plano, os trabalhadores mobilizaram-se visando repor as perdas salariais advindas com o mesmo, que ignorou perdas salariais passadas e congelou os salários. Já no início das discussões, a posição da burguesia industrial gaúcha foi de que não haviam condições para uma “intervenção do governo” na questão salarial, num período sem crescimento econômico. Defendia-se, nesse sentido, a livre negociação como o único instrumento de negociação possível.

No entanto, a partir de junho (1990), o governo admitiu as perdas salariais e aceitou discutir com os empresários e os trabalhadores. A discussão se estenderia por todo o segundo semestre e, em dezembro, seria aprovada a “prefixação dos salários”.

⁹JORNAL DO COMÉRCIO - 07.05.90.

¹⁰JORNAL DO COMÉRCIO - 11.05.90. Industrial Antonio Bica Smith, diretor da FIERGS.

¹¹JORNAL DO COMÉRCIO - 15.05.90.

¹²FIERGS. Ata 18/90 de 15.05.90. Três diretores atribuíram nota 07 (sete) ou mais ao plano pela sua elaboração e notas inferiores pelo gerenciamento do mesmo. Afirmava-se que, no momento, na FIERGS não existiam “dados estatísticos” suficientes para um julgamento positivo do plano.

¹³Edison Marques MOREIRA, Políticas monetária e fiscal: o desempenho em 1990. *Indicadores econômicos FEE*.

¹⁴Silvia Horst CAMPOS, Sérgio FISCHER, Produção industrial em 1990: uma trajetória recessiva. *Indicadores Econômicos FEE*.

A posição da burguesia industrial gaúcha, durante todo esse período, manteve-se contrária à reposição das perdas salariais. Para os industriais, a prefixação dos salários não resolveria a questão salarial, cuja solução estava no combate à inflação e na retomada do crescimento econômico. A reação relacionada à aprovação da prefixação salarial, nesse sentido, foi de inteira contrariedade, chegando o presidente da FIERGS a sugerir, aos industriais gaúchos, que não “seguissem a fórmula”.

“É um retrocesso. A prefixação é um artificialismo, é inflacionária e intervencionista ao extremo.”¹⁵

As dúvidas quanto aos resultados da política econômica e, em especial, as críticas à política salarial adotada, não arranharam a posição favorável da burguesia industrial gaúcha em relação ao novo governo. Neste período, as lideranças industriais enfatizavam que o caminho adotado pelo novo governo rumo à modernização da economia estava na direção certa, já que de outra forma o País estaria sujeito ao processo inflacionário, “mais prejudicial ainda à vida econômica nacional”. Ademais, o governo acenava com algumas políticas que vinham de encontro às expectativas da burguesia industrial gaúcha. Foi o caso, por exemplo, da “Política Industrial” anunciada por Collor em junho de 1990, tendo como base a liberdade dos preços de importação e de contratos e prevendo a criação de um “Plano Nacional de Qualidade e Produtividade”, classificado pelas lideranças industriais gaúchas como “verdadeiro choque de competição”.

No final de janeiro de 1991, frente a um quadro de volta da inflação (no mês de janeiro de 1991, a inflação ultrapassou os 20%), o governo lançou um novo plano econômico (Plano Collor II) que, embora anunciasse a desindexação da economia e extinguisse índices de correção monetária, congelava preços e salários. Antes do congelamento dos preços e dos salários, no entanto, o governo promoveu a elevação das tarifas públicas e dos preços dos combustíveis entre 46% e 71%.¹⁶

A posição da burguesia industrial gaúcha em relação ao novo plano, não foi totalmente favorável. Os industriais gaúchos vinham posicionando-se contra o congelamento de preços; cobravam do governo a imediata e total desindexação da economia, medida que, afirmavam, implementada desde o começo do governo, teria evitado um novo plano econômico.

“Teríamos evitado então, os malefícios de um congelamento de preços, medida que tem todos os ingredientes ... para determinar o agravamento da situação econômica do País.”¹⁷

¹⁵JORNAL DO COMÉRCIO - 06.12.90. Industrial Luis Carlos Mandelli, presidente da FIERGS.

¹⁶Edison Marques MOREIRA, Elza M. S. De ALMEIDA, Lisete Maria GIROTTO, *Indicadores Econômicos*, p. 16.

¹⁷FIERGS, *O Produto*, março/abril, 1990. Industrial Luis Carlos Mandelli, presidente da FIERGS.

“O Plano Collor II parece-me como a terapêutica tradicional para romper a crise brasileira, que, como todos sabemos, se executa com choques.

“E foi para evitar o agravamento ainda maior desta perigosa situação, que foi editado o Plano Collor II, que representa, aparentemente, uma contradição em relação ao Plano Collor I, essencialmente liberal e aberto.”¹⁸

O Plano Collor II não agradou a burguesia industrial gaúcha que esperava maior rapidez no processo de liberalização da economia. Mas, para além disso, começava a surgir o sentimento de que a implementação do projeto neoliberal defendido necessitava de “reformas estruturais” e que planos econômicos, “com congelamento de preços”, não atacavam “a raiz do problema, que é *estrutural*”. A recessão econômica decorrente do Plano Collor I e a volta do processo inflacionário, ainda no segundo semestre de 1990, resultaram num ceticismo quanto à eficácia dos planos de estabilização econômica.

Tornava-se predominante, então, a opinião de que “o presidente Collor não soube avaliar corretamente a situação estrutural brasileira”, e que a “reconstrução” do País somente seria alcançada através de um conjunto de mudanças estruturais prevendo o saneamento e reforma do Estado, a desregulamentação da economia, um outro tratamento ao capital estrangeiro, uma política econômica voltada à necessidade de maior competitividade da economia nacional.

A partir de então, a burguesia industrial gaúcha se posicionaria contra qualquer outra tentativa de plano econômico. Suas demandas, no período, eram no sentido de cobrar o fim “da fase de congelamento” decretada pelo último plano, e suas manifestações eram favoráveis à implementação das “reformas estruturais”.

Estas sugestões foram, inclusive, apresentadas à então Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, quando da visita da mesma a FIERGS, em março de 1991. No documento entregue pela FIERGS, a burguesia industrial gaúcha sugeriu medidas contra a recessão industrial, através de “um auxílio emergencial às indústrias ameaçadas de encerrar suas atividades em virtude do refluxo econômico”; a eliminação do déficit público, através das “reformas estruturais de controle da inflação”; medidas que contemplassem o setor industrial com fontes de financiamento de curto, médio e longo prazos; a desindexação total da economia (na ocasião, cobravam especialmente, a eliminação da Taxa Referencial Diária e da tablita de deflação das obrigações a prazo); a livre negociação salarial; a “tributação direta” e a independência do Banco Central.¹⁹

Se haviam posições críticas quanto à possibilidade de novos planos econômicos, por outro lado, Collor acenava, no período, com outras medidas que tornavam as relações

¹⁸JORNAL DO COMÉRCIO - 05.02.91. Industrial Paulo Vellinho.

¹⁹FIERGS, *O Produto*, 65 - março/abril de 1991.

da burguesia industrial gaúcha e o governo Collor, no mínimo, amistosas. É o caso, especialmente, da criação, ainda no primeiro semestre de 1991, da Comissão Empresarial de Competitividade, órgão formado por representantes da iniciativa privada e do governo com o objetivo de levantar sugestões para uma política de desenvolvimento industrial. O então presidente da FIERGS, Luis Carlos Mandelli, foi convidado para participar desta Comissão (formada por doze comissões empresariais), e nela foi eleito como coordenador geral. Embora criada com o objetivo de ser um órgão consultivo do Programa de Competitividade Industrial adotado por Collor, esta comissão serviria como mais um canal de comunicação entre a burguesia e o governo. Através dela, a burguesia manteria um contato constante com a equipe econômica, sugerindo modificações e/ou orientações à política econômica, e pressionaria o presidente Collor para que este encaminhasse as "reformas estruturais" que, entendia, eram fundamentais para a implementação do projeto de reorganização do Estado e de liberalização da economia.

Collor atenderia às expectativas da burguesia em relação às "reformas estruturais", quando, em setembro de 1991, encaminhou para o Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição, que ficou conhecida como "Emendão". O projeto "Emendão", em sua versão original, continha as seguintes propostas. Aposentadoria: acabava com a aposentadoria por tempo de serviço; mantinha a idade de 60 e 65 anos, e quem já tinha 30 anos de serviço mantinha os benefícios; estabilidade: acabava com a estabilidade no emprego, exceto para as carreiras profissionais específicas; universidade: a União não garantia mais o custeio integral, devendo as Universidades cobrar taxas, vender serviços para auto-custear-se; monopólios: acabava com o monopólio da Petrobrás para a exploração, distribuição e comercialização do petróleo. O setor privado ficava autorizado a entrar no setor, mediante concessão da União; capital estrangeiro: eliminava as restrições à participação do capital estrangeiro na economia nacional; encargos: as atribuições financeiras da União em relação à saúde, educação, saneamento e habitação passariam a ser divididos com os Estados e municípios; lavras minerais: o setor privado poderia participar da pesquisa de lavras minerais, mediante concessão do poder público; juros: seria suspenso o limite constitucional de 12% ao ano para a cobrança de juros reais.²⁰

Collor, no entanto, frente às dificuldades encontradas de conter o processo inflacionário (eleito como principal inimigo durante a campanha, que seria vencido com "um só tiro") e já enfrentando denúncias de corrupção envolvendo pessoas diretamente a ele ligadas, não desfrutava da credibilidade conseguida nos primeiros meses de seu governo. O "Emendão", nesse sentido, não conseguiu a aprovação no Congresso.

Neste período, a Revisão Constitucional já tinha se colocado como um tema predominante entre os meios industriais. Ainda em julho de 1992, a FIERGS, em homenagem ao seu presidente Luis Carlos Mandelli, premiado como "destaque nacional", lançou um movimento denominado "Grito de Alerta", visando a mobilização da burguesia

²⁰JORNAL DO COMÉRCIO - 20.09.91.

industrial gaúcha para a revisão constitucional. O entendimento era de que, como já afirmado, a Constituição possuía "camisas-de-força" que inibiam a iniciativa privada e as pretensões de reforma do Estado e da economia no País. Reforçava-se, assim, a idéia de que a implementação do projeto neoliberal dependia de "reformas estruturais", conseguidas somente através da Revisão Constitucional. Nesta direção, portanto, é que o esforço político dos industriais deveria ser direcionado.

IMPEACHMENT? MAS SEM RUPTURAS

A preocupação com a implementação das reformas constitucionais, como forma de garantir continuidade e agilidade ao processo de "modernização" da economia, foram determinantes nos posicionamentos da burguesia industrial gaúcha em relação ao *impeachment* do presidente Collor, e em relação ao novo governo que se instalou a partir da renúncia do mesmo.

O processo de *impeachment* do presidente Collor foi o principal e mais importante acontecimento político durante o ano de 1992. Iniciado a partir de denúncias de corrupção que o envolviam indiretamente, aos poucos as denúncias revelaram um esquema de corrupção envolvendo um grande número de pessoas ligadas ao governo, e o próprio Collor de Melo. As denúncias resultaram em amplas mobilizações na sociedade civil, com destaque aos estudantes ("caras-pintadas"), que, motivados pela bandeira da "ética na política", pressionaram o Congresso Nacional para que encaminhasse e aprovasse o *impeachment* do Presidente da República.

Os posicionamentos dos industriais gaúchos em relação ao *impeachment* revelaram que, para a burguesia, mais importante do que discutir a permanência ou não do presidente Collor, era evitar que o processo prejudicasse a implementação do projeto neoliberal defendido. Esta posição está registrada, em ata de reunião das diretorias da FIERGS, como "linha de pensamento" da burguesia industrial gaúcha em relação ao *impeachment*.

"1) A solução para o impasse político tem que ser constitucional. (...) 2) Retirar da crise lições. No caso do Brasil, levar em consideração que haverá revisão constitucional e plebiscito sobre o sistema de governo. (...) 3) Perceber que o amadurecimento do Brasil está sendo reconhecido por observadores internacionais. Neste mesmo enfoque, a maturidade deverá estar presente no caso do julgamento do 'impeachment'. Até lá, não se pode julgar. 4) Existência de uma agenda de reformas estruturais que não podem parar, pois são projetos que buscam dotar o País de alto grau de competitividade diante de sua inserção no cenário internacional. Estas reformas não pertencem mais ao Governo, mas são patrimônio da Nação. Portanto, ao cuidar da questão política, não se pode cair no erro de barrar ou menosprezar o andamento dos projetos de modernização da

economia. Propõe-se, então, ações num binômio de esforços: esclarecer o impasse político e solucioná-lo constitucionalmente, e ao mesmo tempo, levar adiante a agenda de reformas econômicas do Brasil.²¹

A “linha de pensamento” da burguesia industrial gaúcha quanto ao *impeachment* revela duas questões principais: primeira, que o processo ocorresse dentro de uma “normalidade”, “sem rupturas nem traumas”, repudiando-se qualquer possibilidade de uma outra alternativa (novas eleições, por exemplo); segunda, a disposição de pressionar pela rapidez na realização das “reformas estruturais” e da “modernização da economia”, procurando legitimá-las como parte de um projeto universal e transcendente ao governo ou à pessoa do presidente Collor.

A primeira questão expressa que, além do interesse da burguesia industrial gaúcha em garantir a continuidade da política neoliberal adotada pelo governo Collor, havia uma preocupação quanto à possibilidade do Congresso Nacional, frente às pressões populares, aprovar novas eleições para a Presidência da República e um novo presidente, não necessariamente identificado com o projeto defendido pela burguesia, vir a ser eleito.

Essa preocupação quanto à possibilidade de instabilidade política e o perigo de “rupturas” levou a burguesia industrial, inclusive, a vacilar em alguns momentos, em relação ao apoio explícito ao processo de *impeachment*. Em maio de 1992, período em que era discutido se as denúncias de corrupção contra o presidente Collor deveriam ou não ser investigadas pelo Congresso Nacional através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), Luis Carlos Mandelli, presidente da FIERGS, o industrial Jorge Gerdau Johannpeter, o senador Albano Franco, então presidente da Confederação Nacional da Indústria e os presidentes das Federações de Indústrias dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, presentes no Palácio do Planalto, manifestaram apoio a Collor, e defenderam a posição de que as investigações, antes de irem para o Congresso Nacional, deveriam ser examinadas pelo Ministério Público.²²

Esta postura, aliás, não é novidade na atuação política da burguesia industrial gaúcha. Na história política brasileira recente, em várias ocasiões a burguesia industrial gaúcha defendeu posturas conservadoras, procurando garantir que as mudanças na ordem política não atingissem seus interesses de classe. Foi assim durante o período da chamada “transição democrática”, quando os industriais gaúchos posicionaram-se favoráveis à “democratização por via autoritária”, ou seja, uma transição “lenta e gradual” (como recomendava o presidente general Geisel), suave e controlada.²³ Voltou à cena, novamente, durante a elaboração da Constituição de 1988, quando se posicionaram fortemente contrários aos direitos sociais e trabalhistas defendidos pelas classes populares e de

²¹FIERGS. Ata 31/92 de 25.08.92.

²²JORNAL DO COMÉRCIO - 28.05.92.

²³Um estudo sobre os posicionamentos políticos dos industriais gaúchos durante o período militar pode ser encontrado em Denise GROS, *Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional - 1964 - 1978*.

trabalhadores.²⁴ Voltava agora, com a defesa de uma “conciliação nacional”, ou de um “entendimento nacional”, no sentido de garantir que o vice-Presidente, Itamar Franco, assumisse a Presidência da República e conduzisse seu governo sem rupturas com o projeto político e econômico defendido por Collor. Antecipando-se aos movimentos sociais e populares, cujas expectativas permitiam explorar possibilidades de novas eleições com resultados imprevisíveis e incertos (principalmente, para as classes dominantes no Brasil), a burguesia industrial gaúcha, naquele momento, intérprete não só de seus interesses mas da própria burguesia brasileira, ditava o rumo dos acontecimentos: era preciso respeitar a constituição e, mais do que isso, entender que as reformas neoliberais pretendidas não pertenciam a um governo, mas eram “patrimônio da Nação”.

A segunda questão expressa na “linha de pensamento” da burguesia industrial gaúcha, em relação ao *Impeachment* de Collor, é ilustrativa da forma ideológica com que a burguesia industrial gaúcha defendeu o discurso neoliberal no período. Apresentado desde sempre como um projeto universalizante, a burguesia industrial gaúcha, ao adotar a posição de que as reformas “modernizantes” não pertenciam mais ao governo, mas eram “patrimônio da Nação”, procurava garantir uma suposta legitimidade e universalidade do projeto por ela defendido.

Esse dispositivo ideológico, aliás, já fora utilizado durante as eleições presidenciais de 1989, quando a burguesia industrial gaúcha defendeu que o Brasil estava frente a uma encruzilhada: ou assumia o projeto de modernidade defendido por Fernando Collor de Melo, integrando-se aos rumos da economia mundial, ou então, optaria por um caminho retrógrado, vinculado a fórmulas de estatismo e à “experiência socialista derrotada”, representado pelo projeto político defendido por Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.²⁵

Com a confirmação do *impeachment* de Collor, a FIERGS lançou uma nota oficial reafirmando suas posições e enfatizando que, a partir de então, “começava o maior desafio para a Nação”: garantir as “condições de governabilidade para a gestão de Itamar Franco”. Na nota, a burguesia industrial gaúcha elogiava a normalidade do processo de *impeachment*, louvando a “verdadeira lição de maturidade” ao ser garantida a posse do vice-presidente Itamar Franco. Afirmava, nesse sentido, que a “estabilidade do País não se vincula à manutenção daqueles que a governam, mas à manutenção das regras institucionais”.

A nota fazia, ainda, referências ao novo governo que se instalava, afirmando que a garantia de governabilidade seria alcançada, na medida que fossem respeitadas as seguintes condições: afinidade da nova equipe governamental com as propostas de liberalização da economia que já vinham sendo implementadas; comprometimento do Congresso Nacional

²⁴ Marco André CADONÁ, *Burguesia industrial gaúcha e neoliberalismo: as entrelinhas do discurso - 1987 a 1993*.

²⁵ Marco André CADONÁ, *Burguesia industrial gaúcha e neoliberalismo: as entrelinhas do discurso - 1987 a 1993*.

com as “reformas estruturais”; esforços dos agentes econômicos, no sentido de estimular maiores níveis de produtividade; “tranqüilidade” da sociedade, repelindo as “forças radicais”.²⁶

Suas expectativas seriam atendidas. O Presidente Itamar, desde que entrou no Governo, se comprometeu em dar continuidade ao processo de modernização econômica iniciado por Collor. Seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ao anunciar o primeiro plano econômico da era Itamar, no início de 1993, se comprometeria em “não violentar o mercado”, “não apresentar mágicas”, “não se afastar do rumo traçado” e concordaria que a estabilidade seria alcançada através das reformas estruturais. Vinha ao encontro, portanto, das demandas e expectativas da burguesia industrial gaúcha em relação ao “novo” governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CADONÁ, Marco André.: *Burguesia industrial gaúcha e neoliberalismo: as entrelinhas do discurso (1987 a 1993)*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

CAMPOS, Silvia Horst, FISCHER, Sérgio. *Produção industrial em 1990: uma trajetória recessiva*. Indicadores econômicos FEE. Porto Alegre, 18 (4): 84 – 105, jan. 1991.

CLARET, Martin (coord.). *O fenômeno Collor*. São Paulo, 1989.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Amanhã*, Porto Alegre, 1990 – 1992.

_____. *Atas de reunião de diretoria*. Porto Alegre, 1990 – 1992.

_____. *O produto*. Porto Alegre, 1990 – 1992.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *Indicadores econômicos FEE*. Porto Alegre, 18(1), abr. 1990.

GROS, Denise Barbosa. *Burguesia industrial gaúcha e o Estado nacional – 1964-1978*. Porto Alegre: PUC, 1987.

JORNAL DO COMÉRCIO, Porto Alegre, 1990 – 1992.

MOREIRA, Edison Marques. *Políticas monetária e fiscal: o desempenho em 1990*. *Indicadores econômicos FEE*, Porto Alegre, 18 (4): 43 – 61, jan. 1991.

²⁶FIERGS. Ata 36/92 de 29.09.92.